

Uso da prisão civil como medida de garantia para o cumprimento das obrigações alimentares

Olenka Paes Terra Neta¹, Juliana Landim Gomes Siqueira², Fernanda Vivacqua Vieira³

(1) Aluna do Curso de Direito do Isecensa; (2) Pesquisadora Orientadora - Laboratório de Relações Provasdas, Mediação e Tecnologia - LRPMT/ ISECENSA; (3) Pesquisadora Colaboradora - Laboratório de Relações Provasdas, Mediação e Tecnologia - LRPMT/ ISECENSA Curso de Direito - Institutos Superiores de Ensino do CENSA - ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

A pensão alimentícia é um mecanismo essencial para garantir o sustento de dependentes, especialmente crianças, após a separação ou divórcio dos pais. A complexidade das questões envolvidas na determinação e execução da pensão alimentícia, incluindo revisões periódicas e a adaptação às mudanças econômicas, é crucial para assegurar que as necessidades dos beneficiários sejam atendidas de maneira justa e proporcional. As decisões judiciais, como as proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em diversos casos, demonstram a importância da revisão regular dos valores de pensão e da extensão das obrigações alimentícias, inclusive para filhos adultos que continuam a depender dos pais para o seu sustento durante a educação superior. Por outro lado, a aplicação da prisão civil por inadimplemento de pensão alimentícia é uma questão controversa e polarizada. Esta medida extrema é empregada quando o devedor falha em cumprir suas obrigações alimentícias e não há alternativas eficazes para garantir o pagamento. O uso da prisão civil levanta questões críticas relacionadas aos direitos humanos, dignidade e eficácia do sistema de justiça, bem como aos possíveis efeitos adversos na situação financeira do devedor e nas desigualdades sociais. Além disso, há uma discussão sobre a adequação da prisão como uma medida coercitiva, e se alternativas menos punitivas poderiam ser mais eficazes e justas. O estudo revisa as principais questões relacionadas à pensão alimentícia, incluindo os princípios de proporcionalidade e atualização de valores, e examina a natureza e os requisitos para a aplicação da prisão civil por inadimplemento de pensão. Através da análise de decisões judiciais recentes, legislação relevante, doutrina e da discussão de argumentos contra a prisão civil, busca-se entender melhor os desafios e as implicações dessas práticas, oferecendo uma visão crítica e uma reflexão sobre possíveis reformas e alternativas para melhorar a eficácia e a justiça do sistema de pensão alimentícia.

Palavras-chave: Pensão alimentícia. Inadimplemento. Prisão civil.

Instituição de Fomento: ISECENSA.

Use of civil imprisonment as a measure to ensure the fulfillment of child support obligations

Olenka Neta¹, Juliana Landim Gomes Siqueira², Fernanda Vivacqua Vieira³

(1) Student of the Law Program at ISECENSA; (2) Lead Researcher - Laboratory of Private Relations, Mediation, and Technology - LRPMT/ISECENSA; (3) Collaborating Researcher - Laboratory of Private Relations, Mediation, and Technology - LRPMT/ISECENSA Law Program - Higher Education Institutes of CENSA - ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil.

Child support is an essential mechanism to ensure the financial support of dependents, especially children, following the separation or divorce of parents. The complexity of issues involved in determining and enforcing child support, including periodic reviews and adaptation to economic changes, is crucial to ensure that beneficiaries' needs are met fairly and proportionally. Judicial decisions, such as those rendered by the Superior Court of Justice (STJ) in various cases, demonstrate the importance of regular reviews of support amounts and the extent of support obligations, including for adult children who continue to depend on their parents for financial support during higher education. On the other hand, the use of civil imprisonment for non-payment of child support is a controversial and polarized issue. This extreme measure is employed when the debtor fails to meet their support obligations and there are no effective alternatives to ensure payment. The use of civil imprisonment raises critical issues related to human rights, dignity, and the effectiveness of the justice system, as well as potential adverse effects on the debtor's financial situation and social inequalities. Furthermore, there is a debate about the appropriateness of imprisonment as a coercive measure and whether less punitive alternatives could be more effective and just. The study reviews key issues related to child support, including the principles of proportionality and value adjustments, and examines the nature and requirements for the application of civil imprisonment for non-payment of support. Through the analysis of recent judicial decisions, relevant legislation, doctrine, and discussion of arguments against civil imprisonment, the study seeks to better understand the challenges and implications of these practices, offering a critical perspective and reflection on potential reforms and alternatives to improve the effectiveness and fairness of the child support system.

Keywords: Child support. Non-payment. Civil imprisonment.

Support: ISECENSA.